



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA, CONTABILIDADE
E SECRETARIADO EXECUTIVO
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

DANIEL ROCHA MOREIRA

**AVALIAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA: UM ESTUDO DE CASO DO PROGRAMA
CEARÁ PACÍFICO**

FORTALEZA

2019

DANIEL ROCHA MOREIRA

AVALIAÇÃO DE POLITICA PÚBLICA: UM ESTUDO DE CASO DO PROGRAMA
CEARÁ PACÍFICO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em CIÊNCIAS ECONÔMICAS da FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIAS, CONTABILIDADE E SECRETARIADO EXECUTIVO – FEAACS da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial a obtenção do grau de bacharel em CIÊNCIAS ECONÔMICAS.

Orientador: Prof. Dr. Paulo de Melo Jorge Neto

FORTALEZA

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M837a Moreira, Daniel Rocha.
Avaliação de política pública : um estudo de caso do programa Ceará pacífico / Daniel Rocha Moreira. –
2019.
30 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia,
Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Ciências Econômicas, Fortaleza, 2019.
Orientação: Prof. Dr. Paulo de Melo Jorge Neto.

1. Avaliação. 2. Políticas públicas. 3. Taxa de homicídios. 4. Ceará. I. Título.

CDD 330

DANIEL ROCHA MOREIRA

AVALIAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA: UM ESTUDO DE CASO DO PROGRAMA
CEARÁ PACÍFICO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em CIÊNCIAS ECONÔMICAS da FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIAS, CONTABILIDADE E SECRETARIADO EXECUTIVO – FEAACS da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial a obtenção do grau de bacharel em CIÊNCIAS ECONÔMICAS.

Orientador: Prof. Dr. Paulo de Melo Jorge Neto

Aprovado em: ___/___/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo de Melo Jorge Neto (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Juliane da Silva Ciríaco
Doutoranda CAEN
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Francisco Antônio Sousa de Araújo
Doutorando CAEN
Universidade Federal do Ceará (UFC)

AGRADECIMENTOS

Primeiro agradeço a Deus por essa oportunidade.

A minha família, pois todo o suporte dado nessa jornada.

Ao meu professor orientador Prof. Dr. Paulo de Melo Jorge Neto.

“A riqueza de uma nação se mede pela riqueza do povo, e não pela riqueza dos príncipes.”

(Adam Smith)

RESUMO

Este estudo analisou o programa Pacto por um Ceará Pacífico implementado em 2015. Foi observada uma diminuição da taxa de homicídios em um contexto geral, apesar do aparente aumento em 2017. Diante disso, foram feitas análises descritivas de dados procurando verificar a influência da política pública sobre a taxa de homicídio. A metodologia usada para este estudo foi o chamado método quasi-experimental devido a falta de aleatorização, sendo utilizado um contrafactual para um menor viés, com o objetivo de mensurar os efeitos da política para o estado do Ceará dos anos de 2015 até 2018 em conjunto com um modelo de diferenças em diferenças. Desta forma foi observado que o programa conseguiu apresentar resultados positivos, ainda que pequenos.

Palavras-chave: Avaliação, Políticas Públicas, Taxa de Homicídios, Ceará.

ABSTRACT

This study analyzed the program Pacto por um Ceara Pacífico, implemented in 2015. A decrease in the homicide rate was observed in a general context, despite the apparent increase in 2017. Therefore, descriptive data analyzes were made to verify the influence of public policy about the murder rate. The methodology used for this study was the so-called quasi-experimental method due to lack of randomization, and a counterfactual for a lower bias was used, with the objective of measuring the effects of the policy for the state of Ceara from 2015 to 2018. Was also used a model of differences in differences. Thus it was observed that the program was able to present positive results, albeit small.

Keywords: Evaluation, Public Policy, Homicide Rate, Ceará.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Densidade de Kernel dos homicídios por idade e sexo da vítima.....	13
Figura 2 - Plano de ação do Pacto por um Ceará Pacífico.....	16
Figura 3 - Taxa de homicídio no Brasil e regiões (2007-2017).....	19
Figura 4 - Rota internacional de cocaína.....	22

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Indicadores socioeconômicos.....	20
Tabela 2 - Número de homicídios no grupo de tratamento	23
Tabela 3 - Número de homicídios no grupo de controle.....	24
Tabela 4 - Taxa de homicídio por 100 mil habitantes no grupo de tratamento e controle.....	24
Tabela 5 - Resultado das estimações dos modelos de diferenças em diferenças.....	25

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	12
2.1 O Pacto por um Ceará Pacífico.....	14
3 METODOLOGIA.....	18
3.1 Caracterização da amostra.....	19
3 RESULTADOS.....	23
4 CONCLUSÃO.....	27
REFERÊNCIAS.....	29

1 INTRODUÇÃO

Segundo dados do IPEA, O Brasil atingiu, pela primeira vez em sua história, o número de 30 homicídios por 100 mil habitantes. A taxa de 30,3 registrada em 2016, correspondeu a 62.517 homicídios, trinta vezes o observado na Europa naquele mesmo ano, e revela a necessidade de ações efetivas por parte das autoridades públicas para reverter o aumento da violência. É o que aponta o Atlas da Violência 2018, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Dado isso, é notório observar que a violência é um dos grandes problemas da sociedade brasileira, pois o país tem números alarmantes de homicídios. (IPEA, 2018).

Alternativas que conseguem avançar no combate à criminalidade no Brasil são derivadas de políticas de segurança pública eficazes, podendo partir das esferas municipais, estaduais, ou até mesmo federais, como é o caso do Plano Nacional de Segurança Pública de 2017, que tinha como objetivos: a redução no número de homicídios dolosos, feminicídios e violência contra a mulher; além da racionalização e modernização do sistema penitenciário e o combate integrado à criminalidade organizada transnacional. (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, 2017).

A partir de 2006, a região Nordeste passou a ser a mais violenta do país em números absolutos de homicídios e nos últimos anos, com base nos números disponíveis no banco de dados do Subsistema de Informação de Mortalidade do Sistema Único de Saúde (SIM/Datasus), passou a ser a mais violenta também em taxas por cem mil habitantes. De forma coerente com o que foi apresentado na edição do Atlas da Violência 2018 apresentada em 5 de junho de 2018, observou-se maior prevalência de violência letal em municípios localizados nas regiões Norte e Nordeste do país. Além disso, nos municípios com as piores taxas, metade das mortes violentas aconteceram em no máximo 10% dos bairros. (IPEA, 2019).

Para Rondon e Andrade (2003) a violência causa ao menos três efeitos principais do ponto de vista econômico, primeiro reduz o capital humano devido a perda de vidas, segundo, a insegurança causa um impacto negativo na produtividade do trabalho e o terceiro efeito é o do ponto de vista do capital físico que são os gastos necessários no que diz respeito a equipamentos e demais recursos.

Conforme Gaulez e Maciel (2016) a criminalidade causa impactos negativos na atividade econômica de um localidade como a redução dos investimentos, da produtividade

do acúmulo de capital humano e social. Isso gera uma grande perda pois um lugar em que existe um alto índice de violência, o turismo é afetado pois os turistas passam a evitar o local para manter sua integridade física, empresas acabam por deixar de se instalar o que acaba por travar a geração de emprego e renda nessa região, conseqüentemente diminuindo o desenvolvimento econômico além de outros empreendimentos optarem por mudar de local. Em razão disso é possível afirmar que os impactos econômicos não se restringem ao gasto direto com segurança pública, mas também com diversos fatores tanto diretos quanto indiretos.

Foi com o intuito de combater a criminalidade homicida que em 2015 foi criado o Pacto por um Ceará Pacífico, caracterizado por ações intersetoriais envolvendo os mais diversos órgãos do governo a fim de criar mecanismos mais eficazes para conter o seu avanço. É importante entender a importância de se fazer programas voltados para a redução da criminalidade, principalmente dos crimes violentos letais.

A hipótese desta pesquisa foi de que o programa surtiu efeito positivo, pelo fato de que o Ceará apresentou uma redução na taxa de homicídio a partir do ano de 2015. Para comprovação da hipótese, foi analisada a taxa de homicídios por 100 mil habitantes do estado Ceará em consonância com o seu contrafactual durante o período de 2009 até 2018 além da utilização de um método de diferenças em diferenças.

O objetivo geral da pesquisa é analisar a política pública de segurança Pacto por Ceará Pacífico, implementada em 2015 nas taxas de homicídios no Ceará, analisar o impacto do programa para a segurança pública no estado do Ceará, expor alguns condicionantes para o aumento da violência, além de alternativas exitosas no controle da violência.

Este trabalho divide-se em quatro seções, sendo primeiro essa introdução, dando um contexto geral da problemática da violência e o objetivo da pesquisa. A segunda é composta pela revisão de literatura a cerca do tema, explanando sobre os argumentos e resultados de outros autores em consonância com informações sobre o Ceará Pacífico e sua metodologia. Na terceira tem-se o enfoque nos resultados alcançados em conjunto com a situação atual em que o Ceará se encontra. Por fim, na seção quatro se encontra a conclusão do trabalho, com um breve resumo de tudo que foi exposto somada as considerações finais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Conforme Becker (1968), um dos autores pioneiros na literatura sobre economia do crime, o indivíduo faria uma análise racional para saber os benefícios e os custos de se tornar um criminoso, levando em conta a punição que sofreria caso fosse pego, a probabilidade de ser pego e o custo de oportunidade. O estudo de Becker foi importante para a partir de uma análise econômica, tentar entender como se desenrola o fenômeno da violência, podemos observar que o número de prisões, condenações e a rigidez das penas afetam a escolha do indivíduo de optar pelas vias criminais pois envolveriam um custo bem alto. Da mesma forma explica que indivíduos com certas características como local em que reside, consumo de entorpecentes e núcleo familiar, vem a ter um custo de oportunidade muito alto diminuindo assim as chances de atos criminosos.

De acordo com Cerqueira e Lobão (2003), no Brasil o enfoque é em um modelo de policiamento voltado para o incidente e políticas públicas que tem o foco apenas em investimento de aparato policial, estão sujeitas ao fracasso. Segundo os autores foi encontrada uma relação negativa entre investimento em segurança pública e crime, porém o coeficiente é bastante baixo. Nesse sentido é importante entender que não significa dizer que investimento em policiamento não é importante mas, existem outras alternativas eficazes na prevenção da criminalidade como, por exemplo, investimento em políticas públicas voltadas para a educação, emprego e cultura.

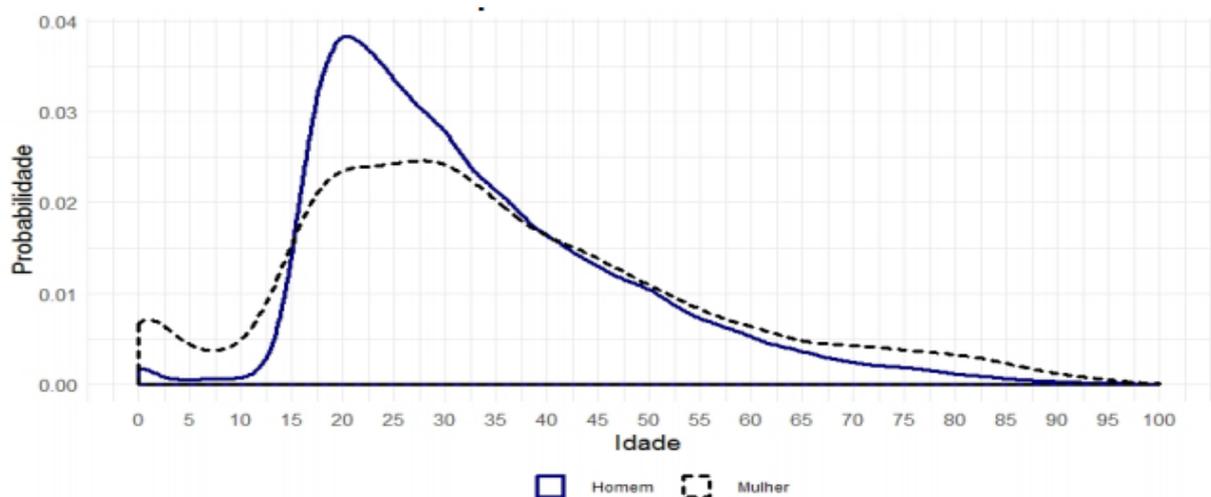
Segundo Garcia Filho e Sampaio (2014, p.1217) “um perfil preciso da vítima e da ocorrência da violência interpessoal fatal na capital cearense entre 1996 e 2011: homem, jovem, solteiro, pardo, de baixa escolaridade, morto por arma de fogo em via pública” Esse perfil corrobora com resultados de outras pesquisas e da um direcionamento de qual deve ser o público-alvo das políticas de prevenção a crimes violentos. Isso vai de encontro com alguns estudos a cerca do assunto e com a tese dos custos de oportunidade, tendo em vista que um jovem com esse perfil citado, possuiria um custo de oportunidade menor e assim ficaria mais propenso a criminalidade.

Garcia Filho e Sampaio (2014) mostram que as circunstâncias da violência do ponto de vista social está muito relacionado a um desalinhamento entre o crescimento econômico no Ceará e o aumento da qualidade de vida da população com um todo. No período recente, os autores apontam que as ações em saúde e educação, baseadas unicamente na suposta objetividade da melhoria de indicadores, não tiveram êxito em trazer mudanças na estrutura social do Ceará.

A criminalidade no Brasil segundo Marques Júnior (2014) é muito sensível a questões que se referem ao social, principalmente as que se ligam a renda e desigualdade e por outro lado, pouco sensível a repressão através dos aparelhos de segurança pública do Estado, pelo menos na forma que se encontram. O foco em programas que diminuam a pobreza e a desigualdade de renda, ou ainda, a reformulação da política de segurança pública, que não deve focar apenas no aparato policial, parecem ser os caminhos necessários para o Brasil conseguir diminuir os índices de violência.

Existem algumas experiências internacionais que obtiveram resultados bastante satisfatórios em reduzir as taxas de mortalidade, como por exemplo a cidade de Bogotá na Colômbia. Segundo Munhoz e Santander (2018), entre alguns pontos que explicam o sucesso do país no tema da segurança, está a instalação de sistemas de monitoramento da segurança e de criminalidade. Os sistemas facilitaram a alocação de recursos para áreas geográficas estratégicas, onde vivem as populações mais vulneráveis à violência, e os tornaram mais eficazes. Além disso, a combinação de medidas de controle com foco na prevenção social e situacional, dedicadas aos principais fatores de risco, contribuíram para aumentar a resiliência à violência. Essas medidas contaram com a participação de pesquisadores, sociedade civil e líderes comunitários, garantindo que as intervenções ocorressem de acordo com o contexto local. Os resultados foram que a taxa de homicídio que era de 80 por 100 mil em habitantes em 1993, quatorze anos depois foram para 19 por 100 mil habitantes.

Figura 1 – Densidade de Kernel dos homicídios por idade e sexo da vítima (2007-2017).



Fonte: IPEA, 2019

A figura 4 apresenta de forma ilustrativa a distribuição deste tipo de crime por idade, é possível notar que tanto do lado feminino quanto do masculino existe a predominância da população jovem, principalmente no intervalo de 15 a 29 anos de idade,

com o adendo para a probabilidade do homem nessa faixa etária ser bem mais alta em comparação com a mulher. De acordo com o estudo do IPEA (2019), o padrão de vitimização dos homicídios em relação ao sexo é dado por 91,8% das vítimas sendo do sexo masculino e apenas 8% do sexo feminino.

2.1 O Pacto por um Ceará Pacífico

O programa Pacto por um Ceará Pacífico tem como princípio a busca por uma cultura de paz, através de mecanismos que possibilitem o acompanhamento das políticas públicas entre as várias instituições, que fazem parte do eixo voltado para a redução da violência, como as de segurança pública e prevenção social, sempre visando a parte da sociedade de maior vulnerabilidade socioeconômica com o objetivo do enfrentamento da violência com a participação de entidades das esferas municipais, estaduais, federais e também da sociedade civil. O programa parte do pressuposto de que a violência letal é algo bastante complexo, o que exige um alto nível de esforços e investimento para sua eficácia. De acordo com o decreto estadual 31.787/2015:

Art. 1º Fica instituído o PACTO "POR UM CEARÁ PACÍFICO", com o objetivo de construir uma Cultura de Paz no território do Estado do Ceará, através da definição, implantação, monitoramento e avaliação contínua de políticas públicas interinstitucionais de prevenção social e segurança pública, para a melhoria do contexto urbano, acolhimento às populações mais vulneráveis e enfrentamento à violência, com atuação articulada, integrada e compartilhada dos órgãos e entidades públicas estaduais, municipais e federais, e da sociedade civil.

§ 1º Os órgãos e entidades públicas referidos no caput compõem os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública, em suas competências institucionais.

§ 2º O Pacto será formalizado em Termo de Adesão, subscrito pelos representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, e permanentemente aberto à subscrição das instituições e representações da sociedade civil que desejem aderir.

Art. 2º O PACTO "POR UM CEARÁ PACÍFICO" será executado por programas, projetos e atividades integradas, nas áreas de Segurança Pública e Defesa Social, Justiça e Cidadania, Direitos Humanos, Educação, Ciência e Tecnologia, Saúde, Política sobre Drogas, Trabalho e Desenvolvimento Social, Cultura, Esporte, Juventude, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, definidos em Planos de Trabalho.

Art. 3º Para a organização e implementação do disposto nos Arts.1º e 2º deste Decreto, ficam criados:

I - 01 (um) Comitê de Governança;

II - 01 (uma) Secretaria Executiva;

III - Câmaras Técnicas;

IV - 01 (uma) Câmara de Articulação dos Poderes e Órgãos Autônomos.

V - 01 (uma) Câmara de Monitoramento e Análise.

O processo de articulação e coordenação da execução das iniciativas que integram o plano de ações estratégicas do Ceará Pacífico baseia-se em um modelo de governança orientado para resultados que contempla diferentes níveis de tomada de decisão para a análise de problemas, para a busca de soluções e para a avaliação de resultados. A coordenação do Pacto por um Ceará Pacífico se dá por meio de um modelo de governança dividido em três níveis:

Quadro 1- Atribuições dos grupos.

ESTRATÉGICO	GERENCIAL	OPERACIONAL
Monitoramento e avaliação	Discussão especializada	Ênfase nos territórios
Decisão	Quadro lógico	Controle social
Normatização	Articulação em iniciativas	Participação social
Articulação governamental	Propósito de Implementação	Articulação intersetorial
Comunicação e divulgação	Avaliação dos projetos	Acompanhamento de iniciativas

Fonte: Matriz de acompanhamento – Ceará Pacífico em Ação, 2017.

O plano de ação do programa foi dividido em basicamente duas dimensões: Segurança e Justiça e Segurança e Prevenção Social. A partir dessas dimensões, projetos programas e ações foram formuladas e alocadas nos eixos afins com o objetivo de melhorar tanto a eficiência quanto a implementações, resultados e suas avaliações. Vale ressaltar que apesar da divisão, existem inter-relações e interdependência entre as dimensões que fazem parte da política pública.

Figura 2 – Plano de ação do pacto por um Ceará pacífico



Fonte: Matriz de acompanhamento – Ceará Pacífico em Ação, 2017.

O Pacto por um Ceará Pacífico quando lançado em 7 de agosto de 2015, contou com onze linhas de ações intersetoriais, de acordo com matéria divulgada no G1 (2015) são elas:

- 1 - Mensagem de Lei que garante cota de empregabilidade para pessoas egressas do sistema prisional em obras públicas: determina que 2% das vagas de cada obra pública ou serviço público sejam destinadas a egressos do sistema penitenciário.
- 2 - Termo de Cooperação entre Governo do Estado/Sejus e Tribunal de Justiça para implantação da Audiência de Custódia em Fortaleza: o projeto estabelece um prazo de 24 horas para que presos em flagrante sejam apresentados a um magistrado que vai decidir ou não pelo encarceramento do acusado. A medida deve reduzir a entrada de presos provisórios no sistema penitenciário cearense, diminuindo o número de pessoas que passam meses atrás das grades à espera de um primeiro encontro com o juiz de seu processo.

3 - Termo de Cooperação envolvendo Sejus e Defensoria Pública para realização de mutirão penitenciário: intensifica o atendimento jurídico e gratuito aos internos do sistema penitenciário do interior do Estado naqueles municípios em que não há defensor público designado.

4 - Convênio da Sejus e Ministério Público para a implantação de Núcleos de Mediação Comunitária: garante a instalação, manutenção, funcionamento e cessão de pessoal aos núcleos de mediação comunitária do Ministério Público. Os núcleos de mediação são espaços de pacificação social e fortalecimento dos vínculos comunitários. Por meio do convênio, estará garantida a capacitação dos profissionais que atuam nesses núcleos, a sensibilização da comunidade para o assunto e a elaboração de estatísticas para subsidiar estudos e diagnósticos sobre o tema.

5 - Acordo de Cooperação entre Governo do Estado, Ministério Público do Trabalho e Tribunal de Justiça para contratação de egressos e de presos em regime de semiliberdade: contribui para a ressocialização dos apenados que cumprem pena em regimes semiaberto, aberto e egressos do sistema penitenciário. O acordo faz parte do projeto Reconstruir, já desenvolvido pelo Tribunal de Justiça, e prevê a inserção, inicialmente, de 20 apenados nas empresas que prestam serviços de asseio e conservação para as instituições envolvidas.

6 - Convênio para ampliação de estágio profissionalizante entre secretarias da Educação e da Saúde: inicialmente, a ação chegará aos estudantes das Escolas Estaduais de Educação Profissional Ângela Linhares, na Praia do Futuro, e José Maria de Medeiros, no Papicu, integrantes da área do Vicente Pinzon. A medida, no entanto, é destinada ao Ceará que conta com 110 Escolas Estaduais de Educação Profissional, responsáveis pela matrícula de mais de 40 mil alunos.

7 - Termo de Cooperação envolvendo Sejus e Sesa para descentralizar recursos da saúde prisional: medida visa ampliar e reforçar as ações de prevenção e promoção da saúde nas 14 grandes unidades prisionais do Estado e nas 139 cadeias públicas. Os repasses são feitos pela Sesa e aplicados pela Sejus, conforme o acordado no Termo de Cooperação.

8 - Termo de Compromisso entre Fiec, Fecomércio, Marquise e M. Dias Branco para investimentos diversos

9 - Acordo de Cooperação para a implementação do projeto Centro Seguro entre SSPDS e CDL: a operação teve início no dia 16 de julho de 2015 com a implementação da primeira fase, que tem como objetivo coibir as ocorrências criminais na região central de Fortaleza. A Polícia Militar conta com um esquema especial de patrulhas volantes que estarão diariamente nas vias do Centro da cidade. A Operação não tem prazo para acabar e será implementada por etapas, até que os principais cruzamentos do Centro estejam ocupados com Polícias Militares. Atualmente a Polícia está presente em 20 cruzamentos do Centro. O policiamento é feito em viaturas, em motos, a pé, de bicicleta, com cavalos e por meio de videomonitoramento.

10 - Acordo de Cooperação envolvendo Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas, municípios do Interior e Ministério da Justiça para implantação dos projetos "Jogo Elos", "#Tamo Junto" e "Fortalecendo Famílias": os programas serão implantados em Sobral, Camocim, Caucaia, Aracati, Juazeiro do Norte, Barbalha, Crateús, Tianguá, Quixeramobim e Iguatu. O "Jogo Elos" é voltado para crianças de 6 a 10 anos matriculadas no 1º e 2º anos do ensino Fundamental I. O "#Tamo Junto" é um programa de prevenção ao uso de drogas realizado em escolas, voltado para adolescentes entre 10 e 14 anos de idade matriculados na 7ª série e 8º ano do ensino fundamental II. E o "Fortalecendo Famílias" é um programa de prevenção ao uso e abuso de drogas, voltado para famílias de crianças e adolescentes entre 10 a 14 anos. Objetivo é reduzir os fatores de risco para essa população, construindo e fortalecendo vínculos familiares e comunitários.

11 - Posse dos 300 integrantes dos Conselhos Comunitários de Defesa Social: através do Decreto número 25.293, do ano de 1998, foram criados os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDSs), em parceria com a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social, com o objetivo de colaborar na avaliação e procurar soluções para os problemas relacionados à segurança da população. Atualmente os Conselhos Comunitários de Defesa Social estão presentes em todos os bairros de Fortaleza e na Região Metropolitana.

3 METODOLOGIA

No que diz respeito a metodologia, serão utilizados procedimentos qualitativos e quantitativos. As fontes de pesquisa mais utilizadas virão do Subsistema de Informação de Mortalidade do Sistema Único de Saúde, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Com o objetivo de desenvolver a avaliação, foi escolhido o chamado método quasi-experimental, os métodos quasi-experimentais são uma classe de estudos de natureza empírica em que faltam duas das características usuais na experimentação: um controle completo e a aleatoriedade na seleção dos grupos. O motivo da utilização de tal método foi ajustar a direção ocasionada por conta da falta de aleatorização, de maneira a deixar o mais próximo de uma situação experimental. Numa pesquisa dessa natureza, melhor seria que pudéssemos ter o agente que sofreu a política pública e a sua cópia exata que não sofreu, infelizmente no mundo real isso não é possível, então de acordo com a literatura a respeito de avaliações, existem algumas alternativas que podem ser adotadas como a aqui utilizada que consiste em encontrar um grupo para efeitos de comparação, o chamado contrafactual com o grupo de tratamento. Assim, foi feita a divisão em quatro grupos, o grupo de tratamento antes da política pública, o grupo de tratamento depois da política pública, o grupo de controle antes da política pública e o grupo de controle depois da política pública. No método quasi-experimental foi preciso usar outros dados sobre o grupo de tratamento e o de controle, com o objetivo de ter grupos menos enviesados.

Segundo Ramos (2009), é preciso um grupo de controle pois se formos analisar apenas o grupo de tratamento (aquele afetado pela política pública), não conseguiríamos separar o real impacto daquela política da interferência de outros acontecimentos que podem estar relacionados com o resultado final do estudo, nesse caso por exemplo, a redução ou aumento do número de crimes violentos letais intencionais. O ano de 2015 servirá de referência por ser o da implantação da política pública. O grupo de tratamento será o estado do Ceará, enquanto o de controle será composto pelos estados da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Estes estados foram escolhidos como grupo de controle por terem similaridades com o Ceará, como IDH, renda per capita e indicadores socioeconômicos além de serem estados que fazem fronteira com o Ceará.

Além disso, foi aplicado um modelo de diferenças em diferenças para se obter o impacto do programa. A utilização do método de diferenças em diferenças necessita de um controle de outros fatores que possam estar causando mudanças na variável de interesse, por isso a importância de isolar o efeito da variável estudada. Nessa pesquisa, porém, este

controle não será feito. Como contrafactual, foram utilizadas as taxas presentes nestes estados dos anos de 1990 a 2018 totalizando 29 observações, as quais em teoria, estariam expostas aos efeitos de fatores externos de modo similar. Dessa forma, o modelo pode ser representado pela seguinte equação:

$$Y_{it} = \beta_0 + \beta_1 Post\ 15_{it} + \beta_2 Tratamento_{it} + \beta_3 Tratamento * Post\ 15 + U_{it}$$

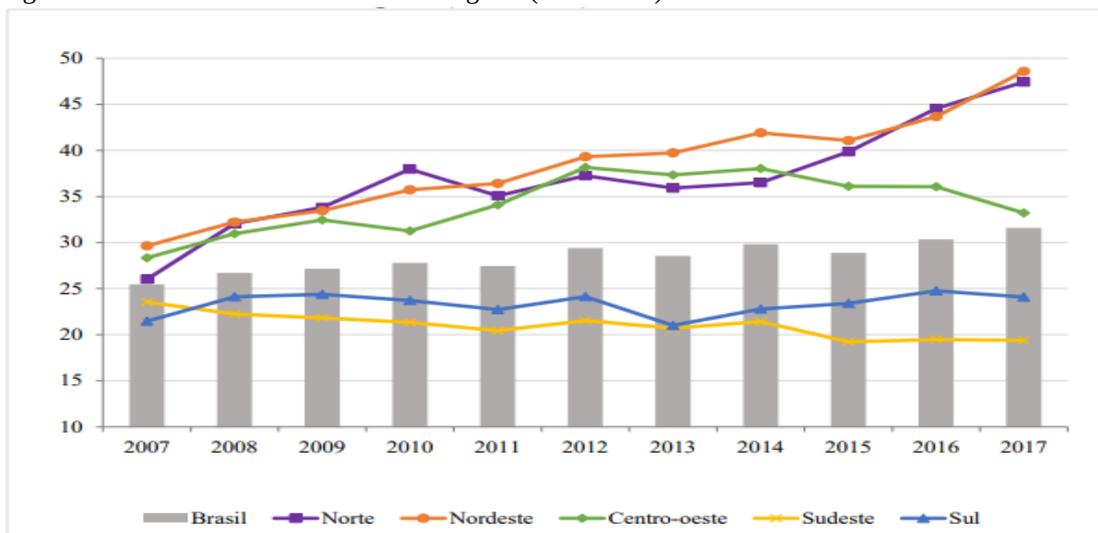
Onde Y representa a variável estudada, número de homicídios por 100 mil habitantes, Post15 é a variável binária de intervenção após 2015, Tratamento corresponde a unidade tratada e U é o termo do erro. O coeficiente das diferenças em diferenças será indicado pelo β_3 .

Foram estimados três modelos no total, no primeiro foram utilizadas como grupo de tratamento as taxas observadas no estado do Ceará com um todo, e como grupo de controle, as taxas observadas na Paraíba. De modo análogo os outros modelos foram estimados para os estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte.

3.1 Caracterização da amostra

Os dados utilizados na pesquisa são dos anos de 2009 a 2018. Os anos de 2009 a 2014 foram utilizados para servir como base da situação antes da política pública, já que nesse período ainda não tinha sido implementado o Pacto por um Ceará Pacífico no estado, então eles foram utilizados em tabelas com o objetivo de haver uma comparação nos índices de crimes violentos letais intencionais. Procurou-se obter informações diversas de ambos os estados para uma melhor comparação, pois o problema da criminalidade está relacionado também com o nível socioeconômico, educação, moradia entre outros.

Figura 3 – Taxa de homicídio no Brasil e regiões (2007-2017)



Ao observar a figura 1, é possível perceber a situação das regiões do Brasil nos últimos dez anos, as regiões Sudeste e Sul tem uma situação bem estável, sempre com uma tendência de leve aumento seguida de uma leve redução, o Centro-oeste viveu um período de alta, principalmente do período de 2010 a 2014, mas vem apresentando uma queda acentuada a partir de 2014, porém as regiões Norte e Nordeste vem apresentando um crescimento bastante elevado principalmente a partir de 2015, provavelmente um dos motivos para esse aumento foram pelos confrontos por domínios de territórios que aconteceram entre as facções criminosas presentes nessas regiões.

Tabela 1 – Indicadores socioeconômicos.

VARIÁVEL	CEARÁ	PARAÍBA	PERNAMBUCO	RIO GRANDE DO NORTE
População	8.352.238	3.766.528	8.796.448	3.168.027
Com acesso a energia elétrica	99,08%	99,43%	99,47%	99,36%
Com coleta de lixo	93,56%	96,50%	94,74%	97,51%
Com água encanada	86,08%	81,96%	83,69%	89,15%
IDHM Educação	0,615	0,555	0,574	0,597
IDHM Longevidade	0,793	0,783	0,789	0,792
IDHM Renda	0,651	0,656	0,673	0,678
IDHM Total	0,682	0,658	0,673	0,684
Não alfabetizados	20,14%	23,39%	19,12%	19,74%
Renda	R\$ 460,43	R\$ 474,94	R\$ 525,34	R\$ 545,42

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Atlas do Desenvolvimento Humano – 2013.

Perfil socioeconômico do Ceará

Segundo o censo de 2010 produzido pelo IBGE, o Ceará possui uma população estimada em 8.352.381 habitantes. A População masculina representa 4.120.088 habitantes e a feminina 4.332.293, sendo 51,26% de mulheres e 48,74% de homens.

No total da população residente, apenas 0,92% não tem acesso a energia elétrica, o que corresponde aproximadamente a 76.841 pessoas tendo como base o censo de 2010, já a quantidade dos que não possuem coleta de lixo é de 6,44% ou seja, 537.893 pessoas, quanto a água encanada 13,92% dos residentes, 1.162.651, não tem acesso. O Ceará mostrou possuir uma renda média bem baixa, por volta de R\$ 460,43 abaixo do salário mínimo na época que

era R\$ 510,00. E quanto ao nível de educação, de acordo com a pesquisa do IBGE, 20,14% da população maior de 18 anos é analfabeta, um número bastante elevado.

O IDHM é um índice bastante utilizado em todo o mundo, para medir o desenvolvimento de uma sociedade. O Ceará apesar de apresentar um bom índice no quesito longevidade, os demais como renda e educação se encontram no patamar das regiões consideradas subdesenvolvidas, e isso se reflete nos problemas sociais enfrentados.

Perfil socioeconômico da Paraíba

A Paraíba possui uma população estimada em 3.766.528 habitantes. A População masculina representa 1.547.243 habitantes e a feminina 1.655.264, sendo 51,26% de mulheres e 48,74% de homens.

No total da população residente, apenas 0,52% não tem acesso a energia elétrica, o que corresponde aproximadamente a 21.469 pessoas tendo com base no censo de 2010, já a quantidade dos que não possuem coleta de lixo é de 3,50% ou seja, 131.828 pessoas. No caso da água encanada 18,04% dos residentes, 679.481 não possuem acesso. A Paraíba possui também uma renda média bastante baixa, por volta de R\$ 474,94 valor abaixo do salário mínimo na época que era de R\$ 510,00. Quanto ao nível de educação, 23,39% da população maior de 18 anos não é alfabetizada, número bem parecido com o do Ceará.

Perfil socioeconômico de Pernambuco

De acordo com o censo de 2010, Pernambuco possui uma população estimada em 8.796.448 habitantes. A População masculina representa 4.230.681 habitantes e a feminina 4.565.767, sendo 51,67% de mulheres e 48,33% de homens.

No total da população residente, apenas 0,53% não tem acesso a energia elétrica tendo como base o censo de 2010, já a quantidade dos que não possuem coleta de lixo é de 3,50%. No quesito água encanada, 16,31% dos residentes, 1.434.700 pessoas, não tem acesso, mostrando ser o maior problema entre as três variáveis analisadas. Pernambuco detém a segunda maior renda média entre os estados analisados, R\$ 525,74 valor acima do salário mínimo que era de R\$510,00 na época. Quanto ao nível de educação, de acordo com a pesquisa do IBGE 19,12% da população do estado é não alfabetizada, número menor que os dos estados anteriores, porém ainda bem elevado.

Perfil socioeconômico do Rio Grande do Norte

O Rio Grande do Norte possui uma população estimada em 3.168.027 habitantes. A População masculina representa 1.548.887 habitantes e a feminina 1.619.140, sendo 51,11% de mulheres e 48,89% de homens.

Do total da população, apenas 0,64% não tem acesso a energia elétrica, a porcentagem dos que não possuem coleta de lixo é de 2,49% já no caso da água encanada, 10,85% dos residentes não possuem. O estado possui uma renda média de R\$ 545,42. No quesito educação 19,74% da população maior de idade é composta de analfabetos. O Rio Grande do Norte possui um IDHM de 0,684, número bem próximo ao do estado do Ceará que é de 0,682.

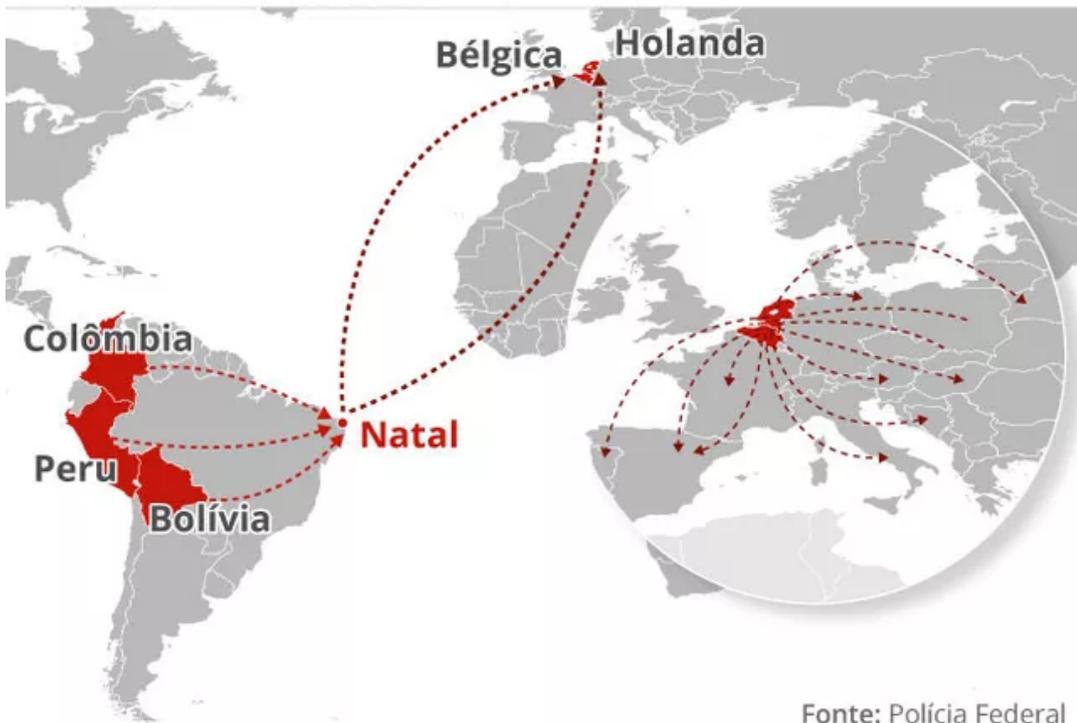
O Rio Grande do Norte em particular, tem ainda outras similaridades com o Ceará, segundo o IPEA (2019) o tráfico de drogas ganhou novas rotas no Norte e Nordeste, com as mercadorias chegando da Bolívia e Peru, sendo transportadas pela rota do Rio Solimões. O controle desta rota é um dos pontos-chave do desentendimento entre as facções FDN (Família do Norte) e PCC (Primeiro Comando da Capital). O local de escoamento e distribuição dessa

droga é justamente o Ceará, a partir do estado as drogas são distribuídas para Europa e para outras localidades do Brasil como revela matéria do UOL (2018). Ainda segundo o IPEA (2019), esses entorpecentes chegam em particular a dois estados, Ceará e Rio Grande do Norte para serem levadas a Europa, o que pode ser explicado por uma série de fatores como a logística, pois são os estados com a menor distância entre o Brasil e a Europa, além de serem pobres logo enfrentam mais problemas quanto a gestão para enfrentamento ao crime. A figura 4 nos dá um imagem de como funciona essa distribuição a partir de um mapa.

Figura 4 - Rota internacional de cocaína.

Natal na rota internacional de cocaína

PF já apreendeu três toneladas da droga no Porto de Natal em uma semana



Fonte: Polícia Federal



Infográfico elaborado em: 14/02/2019

Fonte: G1, 2019.

4 RESULTADOS

Número de Vítimas de Homicídios no Ceará – Grupo de Tratamento

Nas tabelas a seguir serão apresentados os números de vítimas de homicídios referentes ao grupo de tratamento e ao de controle com o objetivo de compreender como o Ceará se encontra de acordo com os números de mortalidade. Na tabela 2, é mostrado dentro do período de 2009 a 2018, o número de vítimas deste tipo de crime.

Pode ser observado que do período que corresponde entre 2009 e 2014, ocorreu uma alavancagem da mortalidade no estado, partindo de 2009 com 2.164, chegando em 2014 com 4.625. No ano de 2014, ano anterior a implementação da política pública, o número total foi de 4.625 homicídios. No ano de 2015, este total foi de 4.163 representado uma redução de 10% em relação ao ano anterior. Já em 2016 o total foi 3.637, uma redução de aproximadamente 21% quando comparamos ao ano de 2014, e de 12,6% quando comparamos ao ano de 2015. No ano de 2017 este número foi 5.432, um aumento de 17,5% em relação a 2014 e de 49% em comparação a 2016. Por fim, em 2018 este número foi de 4.498 representando uma queda de 17,20% em relação a 2017 e de 2,7% em relação a 2014.

Tabela 2 - Número de Homicídios no grupo de tratamento.

Estado	Anos anteriores a política pública						Anos posteriores			
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Ceará	2.164	2.687	2.790	3.841	4.473	4.625	4.163	3.637	5.432	4.498

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM e Monitor da Violência - G1. O número de homicídios foi obtido pela CID 10: X85-Y09, óbitos causados por agressão. Elaboração própria.

Número de Vítimas de Homicídios – Grupo de Controle

Podemos observar de acordo com a tabela 3 que a Paraíba vivenciou no período de 2011 a 2015 suas maiores taxas de homicídios nos anos analisados, conseguindo em 2018 um patamar similar ao que tinha em 2009. Pernambuco passou por um período de quedas consecutivas quando observamos os anos de 2009 a 2013, mas a partir de 2014 vieram sucessivos aumentos até que finalmente em 2018 aconteceu uma redução. O Rio Grande do Norte mostrou uma elevação dos números de homicídios de 2009 a 2014, uma pequena queda em 2015, dois aumentos seguidos no biênio de 2016 e 2017 e uma redução em 2018.

Tabela 3 – Número de Homicídios no grupo de controle.

Estado	Anos anteriores a política pública						Anos posteriores			
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Paraíba	1.263	1.455	1.614	1.525	1.551	1.551	1.521	1.355	1.337	1.210
Pernambuco	3.961	3.470	3.466	3.326	3.124	3.358	3.847	4.440	5.414	4.170
Rio Grande do Norte	714	800	810	1.054	1.123	1.602	1544	1.852	2.200	1.819

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM e Monitor da Violência - G1. O número de homicídios foi obtido pela CID 10: X85-Y09, óbitos causados por agressão. Elaboração própria.

Análise das taxas de homicídios por 100 mil habitantes de 2009 a 2018, nos grupos de tratamento e controle

Os dados da tabela 4 nos permitem visualizar o desdobramento das taxas de homicídios ao decorrer dos anos de 2009 a 2018. Estes números nos permitirão entender como se situa o Pacto Por um Ceará Pacífico no grupo de tratamento tomando por base o grupo de controle.

Tabela 4 – Taxa de homicídio por 100 mil habitantes no grupo de tratamento e controle.

Estado	Anos anteriores a política pública						Anos posteriores			
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Ceará	25,3	31,8	32,7	44,6	50,9	54,7	49,2	43,0	64,2	53,8
Paraíba	33,5	38,6	42,6	40,0	39,6	41,1	40,4	35,9	35,6	32,3
Razão Ceará/Paraíba	0,75	0,82	0,76	1,11	1,28	1,35	1,21	1,19	1,80	1,66
Pernambuco	45,5	39,5	39,2	37,3	33,9	38,1	43,7	50,5	61,6	47,4
Razão Ceará/Pernambuco	0,55	0,80	0,83	1,19	1,50	1,43	1,12	0,85	1,04	1,13
Rio Grande do Norte	25,5	25,6	33,0	34,8	42,9	50,5	48,7	58,5	69,5	57,4
Razão Ceará/Rio Grande do Norte	0,99	1,24	0,99	1,28	1,18	1,08	1,01	0,73	0,92	0,93

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM e Monitor da Violência - G1. O número de homicídios foi obtido pela CID 10: X85-Y09, óbitos causados por agressão. Elaboração própria.

No grupo de tratamento, Ceará, é possível observar uma tendência de aumento na taxa no período que vai de 2009 até 2014, ano imediatamente anterior a implementação da política pública. São apresentados dois anos consecutivos de quedas no período de vigência, 2015 e 2016, um aumento considerável no ano de 2017 e uma nova redução em 2018, até mesmo quando comparado ao ano de 2014, ainda que pequena. Deve-se levar em conta também que no ano de 2016 essa significativa redução que aconteceu foi no mesmo período em que houve um pacto de paz entre as facções criminosas no estado.

Ao analisar os estados do grupo de controle, vemos certas similaridades em alguns anos, como em 2017, a explosão nas taxas de homicídios como pode ser observado em Pernambuco, saltando de 50,55 em 2016 para 61,60 em 2017 e o Rio Grande do Norte, passando de 58,52 para 69,53 aumento causado em grande parte pelo confronto entre as facções devido o fim da trégua, em consonância com a crise no sistema penitenciário no mesmo ano. A Paraíba diferentemente dos outros estados se mostrou com uma tendência de queda de 2015 a 2018, sendo 2018 o ano em que obteve a menor taxa durante este período de dez anos, com 32,3.

Somado ao que foi exposto, se observamos as taxas de homicídios a partir de 2009, é notória as similaridades entre Ceará e Rio Grande do Norte, ambos experimentaram um aumento ininterrupto da taxa que se deu até o ano de 2014, ano anterior ao programa Pacto por um Ceará Pacífico, tendo o Ceará em 2009 partido de uma taxa de 25,3 chegando a 54,7 em 2014 e o Rio Grande do Norte começando em 2009 com uma taxa de 25,5 chegando a 50,5 em 2014. É a partir deste ponto, que coincide com efetivação da política pública em 2015, que começamos a ver uma diferenciação nas tendências dos estados, o Ceará conseguiu uma redução de 10% na taxa de 2014 para 2015, redução de 21% de 2014 para 2016, aumento de 21,38% de 2014 para 2017 e uma diminuição de 1,6% de 2014 para 2018. Enquanto o Rio Grande do Norte reduziu a taxa de 2014 para 2015 em 3,5%, de 2014 para 2016 houve um aumento de 15%, de 2014 para 2017 um aumento de 37% e do ano de 2014 para 2018 mais um aumento, agora de 13%.

Com o Rio Grande do Norte se mostrando como o melhor controle para efeitos de comparação, podemos observar que o Ceará apresentou melhores resultados quando nos referiremos a taxa de mortalidade após 2014, o que em alguma medida deve ser atribuído a ao programa pacto por um Ceará Pacífico.

Tabela 5 – Resultado das estimações dos modelos de diferenças em diferenças.

Variáveis	Ceará/Paraíba	Ceará/Pernambuco	Ceará/Rio Grande do Norte
Unidade tratada	-0.151 (4.6370)	-23.693** (4.545)	4.683 (4.922)
Post15	11.035 (8.979)	2.947 (8.671)	36.893*** (9.390)
Unidade tratada: post15	14.539 (12.698)	22.627 (12.229)	-11.319 (13.243)
Constante	21.793*** (3.279)	45.334 (3.277)	16.958*** (3.549)
Observações	29	29	29
R²	0.274	0.569	0.483
R² ajustado	0.190	0.517	0.420

Fonte: Elaboração Própria.

Notas: Erros-padrão entre parênteses.

*** p-valor<0,01, ** p-valor<0,05, * p-valor<0,10

Analisando os números obtidos da unidade tratada pós 2015 do modelo de diferenças em diferenças, podemos observar que nos estados da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, os resultados não foram estatisticamente significantes.

4 CONCLUSÃO

Os números da violência letal no Brasil na atualidade são comparáveis aos de uma guerra, a situação se agrava ainda mais quando analisamos as regiões Norte e Nordeste do país que ao longo dos últimos dez anos vem apresentando um crescente aumento do número de homicídios, tendo atingido uma piora a partir do ano de 2015.

É nessas circunstâncias que o governo do Ceará resolveu lançar o programa Pacto por um Ceará Pacífico. Políticas públicas na área de segurança pública são umas das principais alternativas a serem exploradas pelos governos com o objetivo de controlar a criminalidade, pois uma região violenta causa perda de bem-estar tanto econômico quanto social. Neste sentido, o programa Pacto por um Ceará Pacífico surge em 2015 com o objetivo de combater os altos índices de violência no estado, a partir de um modelo gerencial voltado para o cumprimento de metas e busca de resultados. Tendo como princípio uma maior participação social, reunindo variados setores da sociedade com o foco na prevenção e redução dos crimes violentos, em conjunto com representantes governamentais e operacionais do sistema de segurança pública, para a elaboração de diagnósticos e definição de diretrizes. O Pacto por um Ceará Pacífico se destaca pela integração entre as ações de policiamento, gestão governamental e a prevenção social.

A metodologia utilizada foi a do chamado método quasi-experimental, utilizado pela falta de um controle completo e da aleatorização, também foi escolhido um contrafactual para efeitos de comparação da efetividade da política, comparando os dados do grupo de tratamento com o de um grupo de controle para visualizar se os efeitos ocorreram devidos a fontes externas à política pública implantada. Somado a isso, foi utilizado um modelo de diferenças em diferenças para observar se o programa teve o efeito esperado comparando as taxas de homicídios por 100 mil habitantes entre um grupo e outro.

Esse estudo procurou apresentar a estrutura do programa Pacto por um Ceará Pacífico criado em 2015, além de analisar sua efetividade no que se refere a diminuição da taxa de homicídios no estado. A análise pura e simples dos indicadores de criminalidade demonstram que, de fato, o número de homicídios no Ceará apresentou uma redução em um contexto geral, cabe ressaltar que o fato de a taxa correspondente a 2017 se encontrar bem elevada, se deve a guerra entre as facções criminosas e a crise no sistema penitenciário sentida em vários estados, e segundo os resultados, o Ceará ainda se saiu melhor do que se não tivesse implementado o programa. Por fim, ressalta-se determinadas limitações com respeito ao acesso e disponibilidade de dados que poderiam permitir análises mais robustas no que diz

respeito a avaliação do programa Pacto por um Ceará Pacífico, implementado no Estado do Ceará.

REFERÊNCIAS

BECKER, G. S. **Crime and punishment: an economic approach**. Journal of Political Economy, v.76, n. 1, p. 169-217, 1968.

BRASIL, Atlas. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2013**. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 10 de set de 2019

CERQUEIRA, D.; LOBÃO, W. **Determinantes da criminalidade: uma resenha dos modelos teóricos e resultados empíricos**. Brasília, DF: IPEA, 2003

CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da Violência 2018**: IPEA e FBSP. Rio de Janeiro, Jun/2018.

CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da Violência 2019**: IPEA e FBSP. Rio de Janeiro, Jun/2019.

DATASUS, **Sistema de informação sobre mortalidade**. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sim/cnv/ext10uf.def>>. Acesso em: 22 de maio de 2019.

ESTRATÉGICO para o tráfico, Ceará vira centro de distribuição de droga e esconde guerra de facções. UOL, 2018. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/02/25/estrategico-para-o-trafico-ceara-vira-centro-de-distribuicao-de-drogas-e-esconde-guerra-de-faccoes.htm>>. Acesso em 24 de out. de 2019.

FORUM SEGURANÇA. **Ceará Pacífico em Ação** – Matriz de Acompanhamento. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/12/FBSP_Ceara_Pacifico_livro_3_2017.pdf>. Acessado em 10 de set. de 2019.

GARCIA FILHO, C.; SAMPAIO, J. J. C. **Interfaces entre a história da violência e a constituição do território no Ceará: um esforço de síntese e periodização**. Revista Saúde e Sociedade, v. 23, p. 1209- 1221. Set. 2014.

GAULEZ, Maiara Patti et al. **Determinantes da criminalidade no estado de São Paulo: uma análise espacial de dados em cross-section**. In: Anais do XLIII Encontro Nacional de Economia. ANPEC- Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia. Sorocaba, 2016.

GOMES, Adriano H. **Geotecnologias na segurança pública e defesa social: uso do sistema de informação geográfica no planejamento policial. 2009**. Monografia, Universidade Cruzeiro do Sul, Vitória, 2009.

GOVERNO do Ceará lança o pacto por um Ceará pacífico. G1, 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ceara/noticia/2015/08/governo-do-ceara-lanca-o-pacto-por-um-ceara-pacifico.html>>. Acesso em 22 de jul. de 2019.

HICKS, Daniel J. Difference-in-differences in R .**Dhicks**, 2018. Disponível em: <<https://dhicks.github.io/2018-10-10-did>>. Acesso em: 15 de nov. de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, (IBGE). **Censo 2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 02 de set. de 2019.

MARQUES JÚNIOR, Karlo. **A renda, desigualdade e criminalidade no Brasil, uma análise empírica**. Revista econômica do nordeste, Fortaleza, v. 45, n. 1, p. 34-46. Mar. 2014. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA – GOVERNO FEDERAL. **Plano Nacional de Segurança Pública**. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br>>. Acesso em: 19 de julho de 2019.

MONITOR da violência. **G1**, 2018. Disponível em: <<http://especiais.g1.globo.com/monitor-da-violencia/2018/mortes-violentas-no-brasil/>>. Acesso em 30 de out. de 2019.

MUNHOZ, Otávio Guimarães; SANTANDER, Carlos Ugo. **As políticas públicas de redução da violência em Medelim**. Revista Hegemonia, Brasília, n. 24, p. 93-109. Dez. de 2018.

NOBREGA e ZAVERUCHA, Jorge. **Violência homicida no Nordeste brasileiro: Uma refutação às explicações baseadas na desigualdade e na pobreza**. Anuário Antropológico, v. 2, p. 53-87. Dez. 2010.

PERES, Maria Fernanda Tourinho et al. **Queda dos homicídios em São Paulo, Brasil: uma análise descritiva**. Revista Panamericana de Salud Publica, São Paulo, n. 29, p. 17–26. Jan. 2011.

RAMOS, Marília. **Aspectos conceituais e metodológicos da avaliação de políticas e Programas sociais**. Planejamento e Políticas públicas, n. 32, p. 95-114. Jun. 2009.

RONDON, V. V. e ANDRADE, M. V. **Custos da criminalidade em Belo Horizonte**. Economia, v.4, n. 2, p.223-25. Dez. 2003.

ROTA da cocaína Natal-Holanda tem nova apreensão e volume passa de 10 toneladas em 4 meses, diz Receita Federal. **G1**, 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2019/02/22/rota-da-cocaina-natal-holanda-tem-nova-apreensao-e-volume-passa-de-10-toneladas-em-4-meses-diz-receita-federal.ghtml>>. Acesso em 10 de nov. de 2019.